

O PREFEITO JOAQUIM DUVAL E O INVESTIMENTO EM ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS EM PELOTAS-RS (1948-1951)

MAGDA DE ABREU VICENTE¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹PPGE/FAE/UFPEL 1 – magdabreu@gmail.com

²UFPEL – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é recorte de uma pesquisa mais ampla, em nível de doutorado, desenvolvido na linha de pesquisa de Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPel. Esta comunicação tem como objetivo investigar a inserção do município de Pelotas na implementação das escolas primárias rurais, entre os anos de 1948 e 1951.

Ao analisar as leis e decretos municipais, do período de 1940 até 1971, com intuito de elucidar qual foi o envolvimento dessa instância governamental em relação a escolarização primária rural, observamos que o prefeito Joaquim Duval (PSD) inaugurou 26 escolas em sua gestão (1948-1951). Um número razoavelmente elevado, se comparado a governos anteriores e posteriores. O período de análise dessas fontes, anos de 1940 até 1971, deu-se em função da disponibilidade das legislações existentes, e também, em função de que, em 1971, foi implantada a LDB nº 5692 que eliminou a dicotomia do ensino urbano *versus* o rural no Brasil¹.

No processo de implantação da República no Brasil houve preocupação social e política relativa às práticas de modernizar e civilizar o país. Via-se a necessidade de combater o analfabetismo e o crescente êxodo rural que aumentava com a acelerada urbanização o que levou a uma intensificação de investimentos públicos após a década de 1930, quando o governo varguista implantou a Campanha da Nacionalização do Ensino (1938). As ações no campo educacional surgiam como sinônimo do projeto de modernidade e por isso o investimento das instâncias de poder público em reconfigurar esse espaço, interferindo tanto na expansão quanto na organização escolar. Com relação à educação rural, havia a intencionalidade de modernizar o setor do campo e combater o êxodo rural bem como eliminar o analfabetismo, o que ocorreu principalmente através da expansão de escolas rurais. Nesse contexto é que são analisados os investimentos em escolas rurais no governo de Joaquim Duval.

2. METODOLOGIA

Os referenciais teórico-metodológicos utilizados nesta investigação se subsidiam nos autores da História Cultural com suporte de análises documentais. Sendo assim, aqui, as fontes escritas respaldam encaminhamentos de análises. A

¹ Os decretos municipais de Pelotas estão disponíveis para consulta online a partir do ano de 1947 e as leis, a partir de 1948. No entanto, legislações anteriores foram encontradas por nós no Almoxarifado Público Municipal, quando notamos que havia maior disponibilidade a partir de 1940, estando as anteriores incompletas naquele acervo, o que justifica nossa temporalidade inicial. A consulta sobre o acervo online pode ser realizada em: < <http://www2.pelotas.com.br/transparencia/informacoespublicas/execucao/legislacao/index.php?tipo=d>>

técnica de organização dos documentos muda seu estatuto e faz do historiador um verdadeiro operador que altera e interfere no ambiente cultural. Nesse sentido, as legislações analisadas foram catalogadas em uma tabela que considerou a temporalidade, o documento, o nome e o tipo da escola instalada bem como sua localização. Desse modo foi mais fácil localizar o cenário municipal da época em questão. Cellard (2008, p. 299) nos lembra que “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo, tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial, ou impreciso que seja”. Assim, é importante ressaltar que a fonte, entendida como um documento, deve considerar o contexto da sua produção assim como sua natureza. Certeau (1982) ressalta que “em história, tudo começa como o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 1982, p. 73). Sendo assim, apresentamos o encaminhamento da organização dessas fontes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela a seguir, é parte de uma análise que, como já referido, engloba o período de 1940 até 1971 das legislações municipais, porém, aqui, trazemos um recorte para evidenciar o governo que se destacou a partir desta investigação.

Tabela 1: Nomes, Decretos, Estágios e Datas das Escolas Criadas no Governo de Joaquim Duval em Pelotas-RS (1948-1951)

Decreto, data de sua criação e estágio da (s) escola (s)	Localização e nome da escola
nº 134, de 24/09/1948 (todas de 1º estágio)	1.Na vila Santa Terezinha, na Estrada da Escola Agro-Técnica: Joaquim Nabuco 2.Distrito do Capão Do Leão: Felisberto Rodrigues 3.No interior do Passo das Pedras: nome não informado 4.No Instituto Agronômico do Sul: nome não informado 5.No Passo dos Carros: Maria Delfina Caminha 6.Na Colônia Santa Rita: Joaquim Murtinho 7.Sub-distrito De Santa Eulália: Gonçalves Dias 8.Distrito de Dunas:Sub-distrito de Cerrito Alegre: nome não informado 9.Na Colônia Ramos: Olavo Bilac 10.Na Estrada da Colônia São Pedro: Graça Aranha . 11. Sub-distrito de Santa Silvana: José de Alencar
nº 136, de 07/10/1948 (1º estágio)	12.Distrito Capão do Leão/Granja Pavão: nome da escola não informado
nº 149, de 21/03/1949 (1º estágio)	13.Distrito de Dunas, sub-distrito do Quilombo: nome da escola não informado
nº 150, de 21/03/1949 (1º estágio)	14. Distrito do Capão do Leão/Passo das Pedras de Cima: Na residência do Sr. João Khun: José Saturnino (Decreto nº 169/1949, nomeia a escola)
nº 151, de 21/03/1949 (1º estágio)	15.Distrito do Capão do Leão/Colônia Santa Rita: Próximo a residência do Sr. João Zafalon: Dr. Carlos Barbosa (Decreto nº 169/1949, nomeia a escola)
nº 152, de 26/03/1949 (1º estágio)	16. Sub-distrito Cerrito Alegre/Posto Branco: nome da escola não informado e não localizado
nº 182, de 17/08/1949 (1º estágio)	17. Distrito de Dunas, sub-distrito Cerrito Alegre (na colônia Osório): Euclides da Cunha (Decreto 184, de 30/12/1949, nomeia a escola)

Continua...

Decreto, data de sua criação e estágio da (s) escola (s)	Localização e nome da escola
nº 186, de 14/01/1950 (1º estágio)	18. Distrito de Dunas Subdistrito De Santa Silvana - na Colônia São José: Para funcionar no prédio adquirido pela Lei nº 112, de 25/7/49: <u>Escola Caldas Junior</u> (Decreto nº 188/1950, nomeia a escola)
nº 187, de 14/01/1950 (2º estágio)	29.Vila da Graça (prédio da Cia. Nacional de óleos Linhaça): <u>Afonso Vizeu</u> (Decreto nº193/1950, nomeia a escola)
nº 197, 25/03/1950 (1º estágio)	20. Distrito do Capão do Leão, estrada que vai a Morro Redondo: proximidades da casa de Pedro Gardey (nome da escola não informado e não localizado)
nº 199, 31/03/1950 (1º estágio)	21. Distrito de Dunas estrada da Gama: nas proximidades da casa de Carlos Ludke: <u>Alfredo Clemente Pinto</u> (Decreto nº 213/1950, nomeia a escola)
nº 208, 28/07/1950 (1º estágio)	22. Distrito do Capão Do Leão lugar denominado “Reserva” (1ª zona): <u>Conde de Afonso Celso</u> (Decreto nº 213/1950, nomeia a escola)
nº209, 31/07/1950 (2º estágio)	23. Edifício do “Asilo São Benedito”: <u>Luciana de Araújo</u> (Decreto nº 213/1950, nomeia a escola)
nº 217, 22/08/1950 (1º estágio)	24.Distrito de Dunas sub-districto de Santa Silvana Colônia São Domingos: <u>Professor José Seixas</u> (Decreto nº 223/1950, nomeia a escola)
nº 221, 24/10/1950 (1º estágio)	25.Distrito do Capão do Leão. No Sub-Distrito de Quilombo” Rincão da Cruz (granja Donatília): <u>Visconde de Souza Soares</u> . (Decreto nº 236/1951, nomeia a escola)
nº 226, 13/01/1951 (1º estágio)	26.Distrito do Capão do Leão, sub-districto de Santa Eulália: <u>Escola Benjamim Manoel Amarante</u>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas legislações da Prefeitura Municipal de Pelotas (1940-1971)

A partir da tabela apresentada acima podemos perceber que havia estágios diferentes que explicavam os tipos de escolas criadas. O Decreto nº 326 de 1957 explicava como eram identificadas as escolas, de acordo com seus estágios: “de 1º estágio eram as escolas localizadas em zonas rurais do município. De 2º estágio as escolas localizadas em áreas suburbanas do município. E eram consideradas de 3º estágio os Grupos Escolares localizados na sede do município”. Portanto, 24 das escolas da tabela 1, a maioria das escolas criadas no governo do prefeito Joaquim Duval, eram rurais. Considera-se que o investimento deste prefeito na criação de escolas, resultou de vários fatores. Em 1934 os municípios deveriam aplicar apenas 10% de seus recursos para a manutenção e o desenvolvimento do sistema educativo, já na constituição de 1946 esse orçamento é dobrado e os municípios devem destinar 20% de seus impostos para organização escolar (Constituição de 1946, artigo 169). A legislação demonstra também que era comum a doação de terrenos por particulares para que fossem criadas escolas. Essas doações eram informadas para a população em forma de leis no sentido de haver consentimento do prefeito. Nesta gestão encontramos 6 leis de doações, o que, justifica apenas em parte, o elevado número de escolas criadas nesse governo².

4. CONCLUSÕES

² As leis de doações encontradas durante o governo de Joaquim Duval foram as seguintes: Lei nº 31 de 26/7/1948; Lei nº 94 de 4/4/1949; Lei nº 131 de 20/09/1949; Lei nº 157 de 15/12/ 1949; Lei nº 160 de 15/12/1949; Lei nº 272 de 5/09/1951.

Esta pesquisa ainda não identificou documentos que deixassem mais claros os motivos dos investimentos no período aqui analisado. Ressalta-se que Pelotas tinha região colonial com predomínio de imigrantes, e a política de nacionalização ainda era exercida, assim, poderia ser o caso do fechamento de escolas comunitárias ter acarretado a abertura de escolas municipais. Neste período também houve o crescimento de investimentos pelo governo estadual que atuou fortemente no ensino primário através do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (1943-71), bem como de assessorias técnicas e pesquisas educacionais (TAMBARA, QUADROS E BASTOS, 2007). Também havia o predomínio das subvenções estaduais à escolas municipais, o que pode ter ajudado na abertura de mais escolas. Uma das bandeiras de defesa do PSD, partido de Duval e do governador do estado, era a escolarização rural. O partido tinha como posição a contenção do homem no campo que seria uma forma de progresso para o setor primário da economia e por consequência para o secundário, fatores que manteriam a organização social visto que a evasão do campo representava uma perturbação da ordem (PESAVENTO, 1985). Percebe-se, portanto, que o prefeito Joaquim Duval, seguiu uma orientação nacional ao investir na abertura de escolas. A comparação do governo de Joaquim Duval com os outros gestores municipais mostrou que houve investimento relevante nesse período. Enquanto a política anterior e posterior instalou 17 escolas ao total, somente nesse governo, como já referido, houve a criação de 26 escolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 20 abr. 2017.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Decreto nº 326*. Regulamenta o ensino público municipal. 15 de fevereiro de 1957. Disponível em:<<http://www2.pelotas.com.br/transparencia/informacoespublicas/execucao/legislacao/index.php?tipo=d>> Acesso em: 21 de abr. 2017.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2^a Ed. 2010. 168 p. – (Coleção História &... reflexões, 10).
- TAMBARA, E. C; QUADROS, C. de; BASTOS, M. H. C. A educação (1930-80). In: GERTZ, R. BOEIRA, N. e GOLIN, T. (orgs). **República. Da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 315 a 333.